



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 39/2015
Período: 24/10/2015 – 30/10/2015

GEDES - UNESP

- 1- Colunas opinativas relembram a morte de Vladimir Herzog durante o regime militar
- 2- Supremo Tribunal Federal sancionou supressão de termos considerados homofóbicos e inconstitucionais de artigo do Código Penal Militar
- 3- Presidente do Tribunal Superior do Trabalho discorreu sobre o papel das Forças Armadas em caso de Impeachment
- 4- Comandante do Comando Militar do Sul foi transferido

1- Colunas opinativas relembraram a morte de Vladimir Herzog durante o regime militar

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Rubens Paiva relembrou os anos em que o regime militar (1964-1985) tentava combater a ideologia comunista e eliminar os seus inimigos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Paiva citou o caso do ex-diretor de jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, acusado por Wadih Helu e José Maria Marin, então deputados do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de administrar uma célula do PCB na emissora que, na época, era custeada pelo Estado. Herzog foi encontrado enforcado no Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), após ter cometido suicídio, segundo laudo oficial do Instituto Médico Legal (IML), conhecido por “forjar laudos para abafar casos de tortura”, como afirmou o colunista. Essa versão foi desmentida por Rodolfo Konder, companheiro de prisão de Herzog, que afirmou ter sido possível ouvir Herzog sendo torturado no dia anterior ao que o jornalista foi encontrado morto. Paiva citou também a atuação do Exército para eliminar as organizações de esquerda que defendiam a luta armada e atuavam em guerrilhas rural e urbana, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Paiva criticou a perseguição aos defensores do comunismo, lembrando que, em plena Guerra Fria, em países como França, Itália e Estados Unidos existiam partidos comunistas que “participavam da vida democrática”. O regime militar, assim como a perseguição ao PCB e a militantes da esquerda começou a enfraquecer quando o general Ernesto Geisel tomou posse e anunciou a abertura política “lenta e gradual”. Outro fator responsável por esse enfraquecimento foi a própria morte de Herzog, responsável por mobilizar parte da população em manifestações contra o governo militar. Em coluna para o periódico *O Estado de S. Paulo*, os jornalistas Audálio Dantas e Marco Antônio Rocha afirmaram que a morte de Herzog levou, no dia 31/10/75, 8 mil pessoas à Praça da Sé, no centro de São Paulo, para uma missa silenciosa, como forma de protesto. Segundo Dantas, a cerimônia marcou o início da decadência do regime

militar. (O Estado de S. Paulo - Caderno 2 - 24/10/2015; O Estado de S. Paulo – Caderno Aliás – 25/10/2015)

2- Supremo Tribunal Federal sancionou supressão de termos considerados homofóbicos e inconstitucionais de artigo do Código Penal Militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF) ratificou, no dia 28/10/15, a retirada dos termos “pederastia” e “homossexual ou não” do estatuto presente no Código Penal Militar, que penaliza “atos libidinosos” em instituições relacionadas às Forças Armadas, à Polícia Militar e aos bombeiros. Foram 8 votos a favor da omissão dos termos contra 2 que se opuseram. Os ministros Celso de Mello e Rosa Weber votaram contra a medida, pois cogitavam “suprimir o artigo na íntegra”. Luis Roberto Barroso, relator da medida, inicialmente apoiou a revogação do total do artigo, pois afirmou ser a rigorosa “disciplina militar” suficiente para coibir atos que não condizem com o código de conduta das Forças Armadas. Entretanto, o relator acabou por adotar a mesma posição da maioria dos ministros da Corte. Marco Aurélio Mello, que votou a favor da retirada dos termos considerados homofóbicos, afirmou que “a prática sexual nos ambientes militares feria os princípios de disciplina e hierarquia exigidos nas Forças Armadas” e, desse modo, não se poderia revogar o artigo por completo. Ricardo Lewandowski, presidente do STF e segundo-tenente da Reserva do Exército, também votou a favor da medida, destacando a necessidade de se evitar atos que “possam pôr em risco as Forças Armadas”. O resultado da votação conservou a pena de detenção que estarão sujeitos os militares que agirem de forma ilícita em imediações militares. (*Correio Braziliense* – Brasil – 29/10/15; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 29/10/15)

3- Presidente do Tribunal Superior do Trabalho discorreu sobre o papel das Forças Armadas em caso de Impeachment

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Almir Pazzianotto, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ponderou sobre a possibilidade de Impeachment durante o mandato da Presidenta da República, Dilma Rousseff, e o papel exercido pelas Forças Armadas na “manutenção da lei e da ordem”. O general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, afirmou que os problemas enfrentados pelo governo passam a ser de responsabilidade também das Forças Armadas caso tais problemas culminem em uma crise social e na falta de estabilidade. Pazzianotto afirmou que, apesar de as Forças Armadas serem subordinadas, pelos princípios da hierarquia e da disciplina, à Presidente da República, “para a preservação da lei e da ordem poderão elas ser convocadas a intervir por iniciativa dos demais Poderes, a saber, o Legislativo e o Judiciário”. O presidente do TST respaldou suas afirmações no exemplo do ex-presidente da República João Goulart que, em 04/10/63, “buscou apoio do Congresso para a decretação do estado de sítio”, sendo deposto seis meses após o ocorrido pelos militares que tomaram o poder à época. Desse modo, o colunista defendeu a permanência de Rousseff no governo, mesmo que este não possua mais “autoridade moral”, visto que, para Pazzianotto, as regras democráticas devem ser respeitadas. (*O Estado de S. Paulo* – Espaço Aberto – 29/10/15)

4- Comandante do Comando Militar do Sul foi transferido

De acordo com os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, o Comandante do Exército Eduardo Villa Boas decidiu afastar o general Antônio

Hamilton Martins Mourão do comando Militar do Sul e transferi-lo para a Secretaria de Economia e Finanças do Exército, localizada na capital federal, Brasília. O motivo da mudança foram as declarações de Mourão dirigidas a oficiais da reserva, criticando a classe política brasileira e declarando que os militares estão prevenidos para lidar com “inimigos internos”. Segundo os jornais, na ocasião Mourão teria convocado o “despertar de uma luta patriótica”. Os periódicos evidenciaram que o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, deputado Aloysio Nunes, questionou o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, acerca do ocorrido. (Correio Braziliense – Política – 30/10/15; O Estado de S. Paulo – Política – 30/10/15)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)